BOLETIM

Especial

Educação INFANTIL

NOSSA LUTA, no ano passado, garantiu conquistas importantes para a carreira. Mas, os problemas na organização das EMEIs estão se multiplicando, sem a ampliação do número de professores nas turmas da Educação Infantil, a qualidade do trabalho e as crianças ficam ameaçadas.

Em várias escolas, recebemos denúncias de auxiliares incumbidas de suprir demandas em até três turmas, além de deixarem descobertas as crianças com deficiência. Ao contrário do que o Governo afirma, as crianças dessa faixa etária possuem características que necessitam de atenção especial. Seja pela pouca (ou incipiente) locomoção e linguagem, por ainda utilizarem fraldas e por precisarem de auxílio nas refeições e higienização, elas são completamente dependentes dos cuidados de adultos.

As crianças deficientes, além dessas características, possuem demandas específicas que as diferenciam das demais. Esse processo de precarização faz com que as professoras acumulem responsabilidades que causam prejuízos irreparáveis em todo trabalho pedagógico.

ALGUNS PROBLEMAS EMERGENCIAIS NA ORGANIZAÇÃO DAS EMEIs

1 - QUANTITATIVO PROFESSOR X CRIANÇA

O problema é mais grave nas turmas de 0 à 2 anos. Pois apenas uma professora é responsável por até 14 bebês de um ano. Nas turmas de dois anos, esse número pode chegar à 18 crianças por professora. A denúncia, encaminhada ao Ministério Público do Patrimônio em 2016, gerou um inquérito que foi finalizado sem mudanças no quantitativo.

2 - REDUÇÃO DO HORÁRIO DA CRIANÇA

A redução do horário da criança desencadeou prejuízos no trabalho pedagógico e mudanças na rotina das escolas e das famílias.

3 - AUSÊNCIA DE AUXILIAR DE INCLUSÃO PARA SUPRIR AS DEMANDAS DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NAS TURMAS DE 0 A 5 ANOS.

A categoria defende que o trato pedagógico seja realizado por um professor regente e um professor com formação específica, para atuar na inclusão, apoiando as crianças com deficiência. Como não houve avanços, os auxiliares vem ocupando esse espaço. Agora, estamos assistindo a redução do envio desses trabalhadores para as escolas.

4 - CRIANÇAS DE 1 E 2 ANOS NO SEGUNDO PISO DAS ESCOLAS

Isso gera riscos de queda e dificuldade de locomoção nos espaços. Fica evidente a falta de professores e de infra-estrutura para dar suporte.

5- CRIAÇÃO DE TURMAS FLEXÍVEIS

A proposta em implementação junta turmas de crianças com idades próximas, com o objetivo de gerar mais vagas. Mas, na prática, o que estamos assistindo é o aumento de professores excedentes, o acúmulo de crianças nas turmas e pouca eficiência de novas matrículas. Visto que, as oferta de vagas estão submetidas ao cadastro sem qualquer transparência.

6- AMEAÇA DA RETIRADA DA PROFESSORA DA REGÊNCIA COMPARTILHADA

Mais uma vez, na contramão da nossa reivindicação, a PBH está ameaçando retirar a professora da regência compartilhada. Sua função, muitas vezes, é de "apagar incêndio", ou seja, ajudar em questões emergenciais das turmas, mas sem participar da rotina pedagógica delas.

Reivindicamos que essa professora seja fixa, garantindo condições de participar de todos os processos pedagógicos, de forma equilibrada. Assim, todas as professoras podem contribuir com o planejamento, avaliação e efetivação dos projetos da turma.

O QUE PRECISAMOS FAZER PARA REVERTER ESSES PROBLEMAS?

- Notifiquem as famílias e comuniquem quais problemas estão prejudicando o trabalho pedagógico; expliquem sobre os riscos e dificuldades de garantir a segurança das crianças, número de professoras e demandas;

- As reuniões internas deverão envolver toda a equipe de professoras e auxiliares. Assim, os problemas serão analisados por todas, e as direções poderão enviar as demandas para a SMED. As representantes devem enviar cópia destes documentos ao Sind-REDE, que encaminhará para os órgãos competentes (Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Municipal de Educação, Comissão da Educação da Câmara Municipal, Vara da infância e Juventude e Ouvidoria do Município).Cada professora pode (e deve) encaminhar as denúncias individualmente;

- Sugiram aos pais, que escrevam documentos e levem às regionais. Caso, é claro, eles achem pertinentes;

- Façam registros cotidianos de todas as situações que confirmem as dificuldades (efetivação do planejamento, segurança das crianças, ausência de auxiliares, etc.);

- Comuniquem as famílias antecipadamente quando houver problemas na turma. Relate à diretora da Escola os problemas, peça para que seja registrado em ata;

- Mobilize a comunidade para lutar por melhores condições de trabalho e permanência das crianças;

Estas questões necessitam de encaminhamentos específicos, acima propusemos alguns. Mas, todas as iniciativas particulares devem ser reforçadas por mobilizações do conjunto da categoria, para terem maior chance de sucesso. Essa mobilização precisa de cada uma (um) das(os) trabalhadoras(es) da Educação Infantil.

Não se esqueçam, em todos os encontros com os pais e responsáveis, devemos ter um momento de alerta contra a Reforma da Previdência e de denúncia sobre a falta de prioridade da Prefeitura em relação à educação. Para isso, temos um panfleto para a comunidade. Nossos dois últimos jornais também trazem bastante subsídio sobre o assunto.